

## **CONCURSO PÚBLICO**

**PRC\_0120/2023\_GAE**

**«AR0978 - EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA ETAR DE  
CODESSOSO (CELORICO DE BASTO) E REMODELAÇÃO DA ETAR DE  
CERVA (RIBEIRA DE PENA)»**

### **PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

## CONCURSO PÚBLICO

### ÍNDICE

<i>Artigo 1. Objeto .....</i>	<i>3</i>
<i>Artigo 2. Entidade adjudicante .....</i>	<i>3</i>
<i>Artigo 3. Documentos do procedimento e plataforma eletrónica .....</i>	<i>4</i>
<i>Artigo 4. Consulta do processo .....</i>	<i>4</i>
<i>Artigo 5. Esclarecimentos, erros e omissões das peças procedimentais.....</i>	<i>4</i>
<i>Artigo 6. Preço ou custo anormalmente baixo .....</i>	<i>6</i>
<i>Artigo 7. Visitas às instalações .....</i>	<i>6</i>
<i>Artigo 8. Proposta.....</i>	<i>6</i>
<i>Artigo 9. Propostas variantes .....</i>	<i>11</i>
<i>Artigo 10. Prazo para apresentação das propostas .....</i>	<i>11</i>
<i>Artigo 11. Modo de apresentação das propostas .....</i>	<i>12</i>
<i>Artigo 12. Prazo da obrigação de manutenção da proposta .....</i>	<i>13</i>
<i>Artigo 13. Esclarecimentos a prestar pelos Concorrentes.....</i>	<i>13</i>
<i>Artigo 14. Critério de adjudicação e critério de desempate.....</i>	<i>13</i>
<i>Artigo 15. Relatório preliminar .....</i>	<i>15</i>
<i>Artigo 16. Relatório final.....</i>	<i>16</i>
<i>Artigo 17. Adjudicação.....</i>	<i>16</i>
<i>Artigo 18. Documentos de habilitação.....</i>	<i>17</i>
<i>Artigo 19. Caução.....</i>	<i>20</i>
<i>Artigo 20. Caducidade da adjudicação .....</i>	<i>21</i>
<i>Artigo 21. Minuta do contrato .....</i>	<i>22</i>
<i>Artigo 22. Celebração do contrato.....</i>	<i>22</i>
<i>Artigo 23. Encargos.....</i>	<i>23</i>
<i>Artigo 24. Dados pessoais.....</i>	<i>23</i>
<i>Artigo 25. Legislação aplicável.....</i>	<i>24</i>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>25</b>
ANEXO I MODELO DE DECLARAÇÃO DO CONCORRENTE .....	26
ANEXO II MODELO DA PROPOSTA DE PREÇO.....	28
ANEXO III MODELO DE LISTA DE PREÇOS UNITÁRIOS .....	29
ANEXO IV (NÃO APLICÁVEL) .....	30
ANEXO V MODELO DE FOLHAS DE CARACTERÍSTICAS DO EQUIPAMENTO.....	31
ANEXO VI ELEMENTOS TÉCNICOS A APRESENTAR COM A PROPOSTA .....	32
ANEXO VII ESTIMATIVA DOS ENCARGOS DE EXPLORAÇÃO.....	36
ANEXO VIII MODELO DE DECLARAÇÃO DE GARANTIAS.....	40
ANEXO IX MODELO DE ACORDO-PROMESSA DE CONSTITUIÇÃO .....	42
ANEXO X MODELO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS .....	43
ANEXO XI MODELO DE DECLARAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO .....	52
ANEXO XII DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL .....	53
ANEXO XIII MODELOS DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO/ DE GARANTIA BANCÁRIA/ DE SEGURO-CAUÇÃO .....	55

## **Artigo 1.**

### **Objeto**

1. O presente concurso público tem por objeto a celebração do contrato da empreitada de Conceção-Construção «AR0978 - Empreitada de Conceção-Construção da ETAR de Codessoso (Celorico de Basto) e Remodelação da ETAR de Cerva (Ribeira de Pena)».
2. O concurso público compreende 2 lotes, sendo admitidas propostas para um qualquer deles, para vários deles ou para todos, submetidas também separadamente por lote:
  - Lote 1 - Empreitada de Conceção-Construção da ETAR de Codessoso (Celorico de Basto);
  - Lote 2 - Empreitada de Conceção-Construção da Remodelação da ETAR de Cerva (Ribeira de Pena).

## **Artigo 2.**

### **Entidade adjudicante**

1. O presente concurso público é promovido pela ÁGUAS DO NORTE, S.A. com sede na rua Dom Pedro de Castro, n.º 1A, 5000-466927 Vila Real, na freguesia de Vila Real, do concelho de Vila Real, pessoa coletiva n.º 513606084, e com os seguintes contactos para efeito do presente concurso:

Telefone: +351 259 309 370, 253 919 020

Fax: + 351 259 309 371

Correio eletrónico: [geral.adnorte@adp.pt](mailto:geral.adnorte@adp.pt)

Plataforma Eletrónica: <http://www.acingov.pt>.

2. A decisão de contratar foi tomada pelo Conselho de Administração da empresa no dia 10 de agosto de 2023.

### **Artigo 3.**

#### **Documentos do procedimento e plataforma eletrónica**

1. O processo do presente procedimento é constituído pelas seguintes peças:
  - a) Anúncio publicado no Diário da República;
  - b) Programa de Procedimento, que inclui XIII (*treze*) anexos;
  - c) Caderno de Encargos, que inclui XI (*onze*) anexos.
2. As peças do procedimento estão integralmente disponibilizadas na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública Acingov acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>, desde a data da publicação do anúncio do presente concurso público no Diário da República.
3. Os interessados podem descarregar gratuitamente as peças do procedimento a partir da plataforma eletrónica referida no número anterior, devendo para tanto proceder ao registo prévio de acordo com as indicações constantes da mesma.
4. O procedimento é sujeito a anúncio publicado no Diário da República.

### **Artigo 4.**

#### **Consulta do processo**

O processo relativo ao presente concurso público pode ser consultado, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, na plataforma identificada no n.º 2 do artigo anterior.

### **Artigo 5.**

#### **Esclarecimentos, erros e omissões das peças procedimentais**

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, por escrito, através da plataforma eletrónica, e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem,

expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento detetados.

2. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:
  - a) O júri, por escrito, através da plataforma eletrónica, deve prestar os esclarecimentos solicitados;
  - b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
3. O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto na alínea b) do número anterior.
4. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 2, ou até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do Código dos Contratos Públicos.
5. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados serão disponibilizados na plataforma eletrónica referida no n.º 2 do Artigo 3.º e juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, fazendo parte integrante destas, sendo notificados do facto todos os interessados que as tenham obtido.
6. Quando haja prorrogação do prazo para a entrega das propostas, de acordo com o definido no n.º 4 do artigo 64.º do CCP, a mesma será publicitada no Diário da República.

## **Artigo 6.**

### **Preço ou custo anormalmente baixo**

- I. Não são definidas as condições em que o preço ou custo é considerado anormalmente baixo, sem prejuízo da aplicação do estabelecido no artigo 71.º, n.ºs 3 e 4 do Código dos Contratos Públicos.

## **Artigo 7.**

### **Visitas às instalações**

- I. Durante o prazo para apresentação de propostas, os interessados podem visitar as instalações e proceder ao reconhecimento dos locais de execução da empreitada definidos no Caderno de Encargos, a fim de recolher informação relevante à elaboração das suas propostas.

## **Artigo 8.**

### **Proposta**

- I. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:
  - a) Declaração do Concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao CCP ([\*\*ANEXO I\*\*](#) ao presente Programa do Procedimento);
  - b) Proposta de Preço elaborada em conformidade com o modelo do [\*\*ANEXO II\*\*](#) do presente Programa do Procedimento;
  - c) Lista de Preços Unitários (LPU) de todas as espécies de trabalho previstas no projeto-base do concorrente para implementação da solução indicativa do Programa Preliminar constante do **ANEXO VII** do Caderno de Encargos, com o ordenamento dos mapas resumo de quantidades de trabalho, em conformidade com o modelo de Lista de Preços e Quantidades de Trabalho disponibilizado pela entidade adjudicante, que constitui o [\*\*ANEXO III\*\*](#) do presente Programa do Procedimento;

No caso de divergência entre a lista preenchida pelo Concorrente na plataforma eletrónica e o presente documento da proposta, prevalecerá este último.

d) Plano de Trabalhos, incluindo:

d1) Memória descritiva e justificativa, que incluirá a metodologia adotada no planeamento das atividades consideradas no Plano de Trabalhos, a identificação do número de frentes de trabalho, sua natureza e locais de execução, a caracterização das interdependências e encadeamentos das diferentes atividades e, em geral, todos os elementos necessários para demonstrar a garantia do cumprimento dos prazos parcelares e do prazo global da empreitada;

d2) Plano de trabalhos sobre a forma de diagrama de barras, ilustrando o desenvolvimento das atividades a partir da data de assinatura do contrato, com escala temporal de uma semana, no qual se assinalem, entre outros, quando aplicáveis, os seguintes exemplos de acontecimentos, discriminados por cada conjunto de trabalhos afins:

- Data da Assinatura do Contrato (estimada)
- Data de Consignação
- Levantamento Topográfico
- Revisão do Projeto-Base
- Projeto de Execução
- Plano de Segurança e Saúde
- Atividades de montagem, manutenção e desmontagem de Estaleiro
- Plano de interferências com as instalações existentes em funcionamento
- Atividades de construção civil por órgão e por edifício
- “Procura” dos equipamentos
- Fornecimento dos equipamentos, por operação unitária/órgão

- Montagem dos equipamentos, por órgãos/operação unitária
- Arranjos exteriores e tratamento paisagístico
- Execução das vias de acesso
- Formação e Treino do pessoal
- Comissionamento
- Pré-Arranque
- Arranque
- Telas Finais
- Manual de Instruções de Operação e de Manutenção
- Receção Provisória
- Receção Definitiva

O Plano de trabalhos deve apresentar o desenvolvimento das atividades ser apresentado em diversas folhas, devendo cada folha apresentar, no seu desenvolvimento horizontal, o período de execução da empreitada desde a data de assinatura do contrato até, pelo menos, a data de “Pronta para Arranque”.

d3) Plano de mão-de-obra com os efetivos mensais, expressos em efetivos x dia de cada categoria profissional, ao longo do prazo da execução da empreitada, repartidos pela execução da construção civil, pela montagem do equipamento e pelas atividades de comissionamento;

d4) Plano de equipamentos a afetar à empreitada, com a distribuição da utilização dos mesmos equipamentos repartidos pela execução da construção civil e pela montagem do equipamento.

Para elaboração do Plano de Trabalhos os Concorrentes devem considerar que a consignação será efetuada no mês de Janeiro de 2024. Esta indicação não vincula, de modo nenhum, o Dono da Obra, destinando-se apenas a conferir ao Plano de Trabalhos uma referência objetiva comum a todas as



propostas, que permitirá aferir os meios oferecidos por cada concorrente e comparar o Plano de Trabalhos como os respetivos planos referenciados nas alíneas d3) e d4).

Os Planos de Mão-de-Obra e de Equipamentos deverão ser estruturados com as atividades presentes no Cronograma de Trabalhos solicitado ao abrigo da alínea c2).

e) Cronograma financeiro contendo um resumo dos valores globais correspondentes à periodicidade definida para os pagamentos, subdividido pelas componentes da execução de trabalhos a que correspondam diferentes fórmulas de revisão de preços no Caderno de Encargos: a) Diversos (DV), Construção Civil (CC), Equipamentos Mecânicos e Eletromecânicos (EQ) e Instalações elétricas, Instrumentação e Automação (IE);

f) Memória justificativa e descritiva do modo de execução da obra, incluindo:

f.1) Descrição dos trabalhos e dos ensaios a realizar, abordando as soluções construtivas para a execução dos diversos trabalhos;

f.2) Descrição das soluções construtivas para a execução de desvios e de reposição e/ou substituição de infraestruturas de serviços afetados (abastecimento de água, energia elétrica, gás, telefones, ...), bem como do tempo máximo de duração previsto para essas perturbações;

f.3) Descrição das soluções construtivas previstas e modo de desenvolvimento dos trabalhos tendo em vista a minimização do tempo de interrupção de funcionamento de infraestruturas existentes no sistema ou área em que se inserem as infraestruturas objeto da empreitada, sejam elas afetadas direta ou indiretamente causada por esta.

g) Não aplicável;

h) Folhas de Características: o Concorrente deverá apresentar o conjunto de folhas de características que considera adequado para caracterizar os equipamentos da sua proposta, preenchido de acordo com os modelos

apresentados no [ANEXO V](#) do presente Programa do Procedimento e que dele faz parte integrante. Em conjunto com as folhas de características, o Concorrente poderá apresentar todos os documentos que entender necessários à caracterização dos equipamentos (eletromecânicos, elétricos e eletrónicos) e materiais a aplicar. Todas as marcas e/ou fabricantes têm de ser explicitadas sem ambiguidades nas propostas dos Concorrentes.

i) Projeto-Base da autoria do Concorrente, correspondendo, no seu entendimento, ao desenvolvimento mais adequado para a solução indicativa do Programa Preliminar constante no **ANEXO VII** do Caderno de Encargos, de acordo com as indicações referidas no [ANEXO VI](#) do presente Programa do Procedimento;

j) Estimativa dos encargos de exploração, de acordo com as indicações referidas no [ANEXO VII](#) do presente Programa do Procedimento;

k) Declaração de Garantias em conformidade com o modelo do [ANEXO VIII](#) do presente Programa do Procedimento;

l) Documento descrevendo a Política de Qualidade, Ambiente, Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho (HSST) e Responsabilidade Social que propõe implementar na obra em apreço;

m) Não aplicável;

n) Não aplicável;

o) No caso de o Concorrente ser constituído por um agrupamento de empresas, declaração conforme modelo apresentado no [ANEXO IX](#) do presente Programa do Procedimento e que dele faz parte integrante (Acordo – Promessa de Constituição);

p) Documento comprovativo dos poderes de assinatura e de vinculação do concorrente por parte de quem assina a proposta, designadamente certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor;

2. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o Concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea *b)* do n.º I do artigo 57.º do CCP.
3. O preço da proposta, apresentada por Lote será expresso em euros, **com duas casas decimais** e não inclui o imposto sobre o valor acrescentado (IVA).
4. Os concorrentes podem apresentar proposta apenas para algum(uns) lote(s) ou para todos os lotes indicados no n.º 2 do Artigo 1.º, devendo, contudo, apresentar proposta para todos os artigos previstos em cada lote a que concorram, sob pena de exclusão da proposta.
5. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, com exceção dos documentos que os concorrentes entendam apresentar por os considerarem indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea *b)* do n.º I do artigo 57.º do CCP, os quais podem ser redigidos em inglês, francês e castelhano.
6. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos da proposta estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o concorrente fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

### **Artigo 9.**

#### **Propostas variantes**

1. Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

### **Artigo 10.**

#### **Prazo para apresentação das propostas**

1. As propostas devem ser diretamente apresentadas na plataforma eletrónica identificada no presente Programa de Procedimento, até às 18:00:00 horas do 42.º dia a contar da data da publicação do anúncio no Diário da República.

## **Artigo 11.**

### **Modo de apresentação das propostas**

1. Os documentos que constituem as propostas devem ser apresentados na plataforma eletrónica referida no n.º 2 do Artigo 3.º do presente Programa de Procedimento, devendo individualmente ser assinados eletronicamente, não bastando, sob pena de exclusão da proposta, a mera assinatura eletrónica de um ou vários ficheiros de compressão que contenham mais do que um dos documentos exigidos.
2. A assinatura eletrónica referida no número anterior deve ser aposta mediante a utilização de um certificado digital que reúna os seguintes dois pressupostos:
  - a) Seja um certificado de assinatura eletrónica qualificada;
  - b) Contenha as informações que permitem relacionar o assinante com a sua função e poder de representação do concorrente.
3. Nos casos em que o certificado de assinatura eletrónica qualificada não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o concorrente, sob pena de exclusão da proposta, instruir a proposta com um documento, dotado de fé pública, que permita comprovar os poderes de representação de que o assinante dispõe.
4. No caso de a proposta ser apresentada por um agrupamento concorrente, a assinatura eletrónica a que se referem os n.ºs 1 e 2 deve ser aposta pelo representante comum, mediante a utilização de um certificado digital que cumpra os requisitos previstos nos n.ºs 2 e 3 deste artigo caso em que devem ser juntos ao documento os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.

## **Artigo 12.**

### **Prazo da obrigação de manutenção da proposta**

1. Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 90 (noventa) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, que se prorroga sucessivamente por períodos de 90 dias no caso de, no decurso de cada período, os Concorrentes nada declararem em contrário.
2. A comunicação a que se refere o número anterior produz efeitos 5 (*cinco*) dias após a sua receção pela entidade adjudicante.

## **Artigo 13.**

### **Esclarecimentos a prestar pelos Concorrentes**

1. Sempre que o júri do concurso tenha quaisquer dúvidas, designadamente, sobre aspetos das propostas que sejam considerados relevantes para efeitos de análise e avaliação das mesmas, poderá exigir dos concorrentes, bem como solicitar a outras entidades, todos os documentos e elementos de informação, inclusive de natureza contabilística, necessários para o esclarecimento dessas dúvidas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das respetivas propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea *a*) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

## **Artigo 14.**

### **Critério de adjudicação e critério de desempate**

1. A adjudicação é realizada, por lote, segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de multifator, densificado pelos seguintes fatores e subfactores correspondentes aos aspetos da execução do contrato submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos e respetivos coeficientes de ponderação:

FATORES E SUBFATORES	COEFICIENTES PONDERAÇÃO
<b>A. PREÇO</b>	<b>50%</b>
<b>B. VALIA TÉCNICA</b>	<b>50%</b>
<b>B.1</b> Conceção e fundamentação da solução proposta	40%
<b>B.1.1</b> Processo de tratamento	30%
<b>B.1.2</b> Equipamentos (mecânicos, eletromecânicos, instrumentação e instalações elétricas)	10%
<b>B.2</b> Metodologia de execução da obra	10%

2. Para a avaliação das propostas utilizar-se-á o modelo constante do [ANEXO X](#) do presente Programa do Procedimento.
3. Nas situações em que, da agregação dos resultados da avaliação parcial dos fatores elementares, resulte uma classificação final, com precisão até às 9 casas decimais, que ordene em primeiro lugar mais do que uma proposta, serão considerados, para efeitos de desempate, os seguintes critérios:
  - a) Será ordenada em primeiro lugar a proposta que obtiver pontuação mais elevada no fator de avaliação Preço;
  - b) Se, da aplicação do critério definido na alínea anterior, a situação de empate subsistir, será ordenada em primeiro lugar a proposta que obtiver pontuação mais elevada no fator de avaliação Valia Técnica.
  - c) Se, da aplicação do critério definido na alínea anterior, a situação de empate subsistir, será realizado um sorteio não presencial, nos seguintes termos:
    - i) O sorteio será assegurado através de meios de comunicação à distância adequados, designadamente teleconferência, videochamada ou outro;
    - ii) O júri notifica os concorrentes que apresentaram as propostas empatadas, com uma antecedência mínima de 2 (dois) dias, dos termos aplicáveis à realização do sorteio;

- iii) A falta de todos ou de alguns dos interessados não constitui fundamento de não realização ou de adiamento do sorteio, nem de exclusão das respetivas propostas.

## **Artigo 15.**

### **Relatório preliminar**

- I. Após a análise das propostas, o júri elabora um relatório preliminar, no qual propõe fundamentadamente a exclusão das propostas:
  - a) Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;
  - b) Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas de impedimento;
  - c) Que não sejam constituídas por todos os documentos ou que os mesmos não se encontrem elaborados nos termos exigidos no presente Programa de Procedimento;
  - d) Que não apresentem o cronograma financeiro em conformidade com o exigido na alínea e) do artigo 1.º;
  - e) Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixadas nos termos do disposto no artigo 62.º do CCP;
  - f) Que não apresentem um preço para cada artigo previsto, em cada lote a que concorram;
  - g) Que não sejam redigidas em língua portuguesa ou acompanhadas de tradução devidamente legalizada;
  - h) Que sejam apresentadas como variantes;
  - i) Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
  - j) Cuja análise revele alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º do CCP, com as necessárias adaptações.

2. O relatório preliminar é notificado aos concorrentes, os quais poderão exercer o seu direito de audiência prévia no prazo de 5 (*cinco*) dias, de acordo com o previsto no artigo 147.º do CCP.

### **Artigo 16.**

#### **Relatório final**

1. Cumprido o disposto no artigo anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações efetuadas pelos concorrentes, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 1 do artigo anterior.
2. No caso previsto na parte final do número anterior, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo anterior.

### **Artigo 17.**

#### **Adjudicação**

1. A decisão de adjudicação é notificada a todos os concorrentes em simultâneo.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação o adjudicatário é notificado para:
  - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos no Artigo 18.º do presente Programa de Procedimento;
  - b) Prestar caução em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 20.º do Programa de Procedimento;
  - c) Pronunciar-se sobre a minuta do contrato;
  - d) Confirmar no prazo para o efeito fixado, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.



3. As notificações referidas nos números anteriores são acompanhadas do relatório final de avaliação das propostas.

## **Artigo 18.**

### **Documentos de habilitação**

- I. No prazo de 10 (dez) dias a contar da data da notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:
- a) Declaração emitida conforme modelo constante do [\*\*ANEXO XI\*\*](#) ao presente Programa de Procedimento;
  - b) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
  - c) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
  - d) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
  - e) Certificado do registo criminal do adjudicatário, bem como dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência e estes se encontrem em efetividade de funções;
  - f) Não aplicável;
  - g) Documento comprovativo da titularidade de alvará ou certificado de empreiteiro de obras públicas, contendo as seguintes habilitações:
    - i. 1ª subcategoria da 1ª categoria e da classe correspondente ao valor global da proposta;

- ii. 1ª subcategoria da 1ª categoria, da classe correspondente ao valor dos trabalhos especializados que lhe respeite, consoante a parte que a esses trabalhos cabe na proposta;
  - iii. 1ª subcategoria da 4ª categoria, da classe correspondente ao valor dos trabalhos especializados que lhe respeite, consoante a parte que a esses trabalhos cabe na proposta;
  - iv. 19ª subcategoria da 4ª categoria, da classe correspondente ao valor dos trabalhos especializados que lhe respeite, consoante a parte que a esses trabalhos cabe na proposta.
2. Caso o adjudicatário revista a forma de um agrupamento:
- a) Os documentos de habilitação previstos nas alíneas a), b), c), d), e) e f) do n.º I devem ser apresentados por todos os seus membros;
  - b) Os documentos de habilitação previstos na alínea g) do n.º I devem ser apresentados por todos os membros do agrupamento cuja atividade careça da sua titularidade.
2. O adjudicatário deve apresentar cópia dos documentos de habilitação referidos no número anterior através da plataforma eletrónica identificada no artigo 3.º.
3. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
4. O adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos nas alíneas b), c) e d) do n.º I se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado, disponível em [www.pnfe.impic.pt](http://www.pnfe.impic.pt).
5. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa.

6. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
7. Caso se verifique um facto que determina a caducidade da adjudicação nos termos do n.º I do artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos e esse facto não seja imputável ao adjudicatário, este dispõe de um prazo adicional para a supressão das irregularidades detetadas, a conceder em função das razões indicadas, de até 10 dias, sob pena de caducidade da adjudicação.
8. O prazo fixado no n.º I do presente artigo para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a cinco dias.
9. Antes da celebração do contrato o adjudicatário deve, ainda, apresentar, os seguintes documentos sob pena de caducidade da adjudicação nos termos do artigo 87.º-A do CCP:
  - a) A identificação do Diretor de Obra acompanhada pelo respetivo Termo de responsabilidade por este subscrito
  - b) A identificação do Coordenador de Projeto e dos Autores de Projeto, as funções que assumem e dos projetos que elaborem, acompanhada dos Termos de responsabilidade por estes subscritos;
  - c) Comprovativo da contratação de seguros de responsabilidade civil válidos, respeitantes a cada um deles, nos termos do artigo 24.º da referida Lei n.º 31/2009, de 3 de julho;
  - d) Comprovativo de contratação, por vínculo laboral ou de prestação de serviços, do Diretor de Obra;
  - e) Comprovativo e número de inscrição em organismo ou associação profissional, quando aplicável;

- f) Comprovativos da qualificação dos técnicos designados para as funções de Coordenador de Projeto, Autores do Projeto e Diretor de Obra, através do sistema previsto no n.º 4 do artigo 23.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, com a redação conferida pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho.
- g) No caso de a adjudicação recair sobre proposta apresentada por agrupamento, deve ainda apresentar documentos comprovativos da associação dos membros do agrupamento adjudicatário na modalidade de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho ou de agrupamento complementar de empresas, previsto no Decreto-Lei n.º 430/73, de 25 de agosto;
- h) No mesmo prazo que o concedido para a apresentação dos documentos de habilitação, o adjudicatário deve apresentar uma declaração de Responsabilidade Social elaborada em conformidade com o modelo constante do [ANEXO XII](#) ao presente Programa do Procedimento.

## **Artigo 19.**

### **Caução**

1. Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações o adjudicatário deve prestar uma caução no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, no valor de 5% (cinco por cento) do preço contratual, com exclusão do Imposto sobre o Valor Acrescentado.
2. Quando a adjudicação de dois ou mais lotes que exijam caução ao abrigo do número anterior tenha sido realizada ao mesmo concorrente, resultando a celebração de um único contrato, pode ser prestada apenas uma caução pelo adjudicatário, calculada em função do valor resultante do somatório dos respetivos preços contratuais.
3. A caução é prestada por garantia bancária, seguro-caução, ou por depósito em dinheiro ou títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, em conformidade com os modelos do [ANEXO XIII](#) do presente Programa do Procedimento.

4. O depósito em dinheiro ou em títulos efetuar-se-á em Portugal e em qualquer instituição de crédito, à ordem da entidade que for indicada pelo Dono da Obra, devendo ser especificado o fim a que se destina.
5. Quando o depósito for efetuado em títulos, estes serão avaliados pelo respetivo valor nominal, salvo se, nos últimos 3 (três) meses, a média da cotação na bolsa de valores ficar abaixo do par, caso em que a avaliação será feita em 90% (noventa por cento) dessa média.
6. Será dispensada a prestação de caução ao adjudicatário que apresente contrato de seguro adequado da execução da obra pelo preço total do respetivo Contrato, e também do respetivo projeto, se for o caso, ou que apresente documento de assunção de responsabilidade solidária, pelo preço total do Contrato, emitidos nos termos previstos no n.º 4 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

## **Artigo 20.**

### **Caducidade da adjudicação**

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário:
  - a) Não apresentar os documentos de habilitação no prazo de 10 (*dez*) dias contados da notificação da decisão de adjudicação, ou da sua prorrogação de acordo com o n.ºs 5 e 6 do artigo anterior;
  - b) Não prestar a caução nos termos exigidos no Artigo 19.º;
  - c) Não confirmar os compromissos referidos no artigo anterior no prazo fixado para o efeito ou até ao termo da respetiva prorrogação.
2. Constitui ainda causa de caducidade da adjudicação a não apresentação dos documentos exigidos no número 9 do Artigo 18.º do artigo do presente procedimento.
3. Nos casos previstos nos números anteriores, a adjudicação é realizada à proposta ordenada em lugar imediatamente subsequente no relatório final de avaliação das propostas.

## **Artigo 21.**

### **Minuta do contrato**

1. O órgão competente para a decisão de contratar aprova, nos termos dos artigos 98.º e 99.º do CCP, a minuta de contrato a celebrar, a qual deve ser notificada ao adjudicatário para aprovação.
2. Quando o adjudicatário for comum a vários lotes pode ser celebrado um único contrato.
3. A minuta do contrato a celebrar, notificada ao adjudicatário em simultâneo com a decisão de adjudicação, deve assinalar expressamente os ajustamentos propostos.
4. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não seja apresentada reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.
5. Os ajustamentos que sejam aceites pelo adjudicatário devem ser notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.
6. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
7. No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o Conselho de Administração notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

## **Artigo 22.**

### **Celebração do contrato**

1. O contrato é celebrado em suporte informático e assinado por meios eletrónicos, considerando-se outorgado na data da última assinatura.
2. A entidade adjudicante comunica ao adjudicatário o prazo para a outorga e remessa do contrato, com a antecedência mínima de 3 (três) dias.

3. O incumprimento do prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo adjudicatário é causa de caducidade da adjudicação.
4. No caso referido no número anterior, o adjudicatário perde a caução prestada, devendo a adjudicação ser efetuada à proposta ordenada em lugar subsequente no relatório final de avaliação das propostas.

### **Artigo 23.**

#### **Encargos**

São encargos dos concorrentes as despesas inerentes à elaboração da proposta, incluindo as relativas à prestação de caução, bem como todas as despesas decorrentes da celebração do contrato.

### **Artigo 24.**

#### **Dados pessoais**

1. Os dados pessoais, que eventualmente constem das propostas e dos respetivos anexos serão analisados pela entidade adjudicante, exclusivamente no âmbito do presente procedimento, no estrito cumprimento das obrigações legais decorrentes do Código dos Contratos Públicos (CCP), respeitando as normas legais aplicáveis em matéria de proteção de dados.
2. Com a entrega das propostas, os concorrentes assumem a responsabilidade no cumprimento da legislação aplicável à proteção de dados pessoais, designadamente na licitude da obtenção dos dados pessoais e na publicitação dos mesmos na plataforma eletrónica.
3. A entidade adjudicante garante que os dados pessoais serão conservados pelo prazo estritamente necessário, tendo em atenção os critérios legais aplicáveis.
4. A entidade adjudicante garante igualmente que os concorrentes podem, de forma gratuita, solicitar esclarecimentos adicionais para efeitos de exercício dos seus

direitos no âmbito da proteção de dados pessoais, bem como podem apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.

## **Artigo 25.**

### **Legislação aplicável**

Em tudo o que se encontrar omissa no presente Programa de Procedimento observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação complementar aplicável.



## **ANEXOS**

## **ANEXO I**

### **MODELO DE DECLARAÇÃO DO CONCORRENTE**

(a que se refere a alínea a) do n.º I do Artigo 8.º)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de <sup>(1)</sup> ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Caderno de Encargos relativo ao contrato a celebrar na sequência do Concurso Público para a empreitada de conceção/construção de "...", declara, sob compromisso de honra, que a sua representada <sup>(2)</sup> se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado Caderno de Encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo <sup>(3)</sup>:

a) ...

b) ...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar como concorrente ou como membro de agrupamento Candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º I do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como Candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura <sup>(4)</sup>].

<sup>(1)</sup> Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

<sup>(2)</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

<sup>(3)</sup> Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º do CCP.

<sup>(4)</sup> Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

## ANEXO II

### MODELO DA PROPOSTA DE PREÇO

(a que se refere a alínea b) do n.º I do Artigo 8.º)

#### Modelo I - PROPOSTA BASE

F \_\_\_\_\_ (denominação social e sede da empresa concorrente ou de cada uma das empresas do agrupamento concorrente), titular(es) do(s) alvarás (ou, se for o caso, do(s) certificado(s) de inscrição na Lista Oficial de Empreiteiros Aprovados do Estado), \_\_\_\_\_ (indicar o(s) número(s)), contendo as habilitações \_\_\_\_\_ (indicar natureza e classe), depois de ter(em) tomado conhecimento do objeto da empreitada de conceção-construção “\_\_\_\_\_”, a que se refere o anúncio datado de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_, obriga(m)-se a executar os trabalhos que constituem essa empreitada, em conformidade com o Caderno de Encargos, no prazo de \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias, pelo preço de \_\_\_\_\_ (por extenso e por algarismos, em euros), que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

À quantia supramencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 60.º do CCP, o preço global acima indicado é composto pelos seguintes preços parciais, relativos aos trabalhos que se propõe executar correspondentes às habilitações contidas nos alvarás ou nos títulos de registo ou nas declarações emitidas pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P., nos termos do disposto na alínea a) do n.º 5 do artigo 81.º do CCP:

Categoria	Subcategoria	Artigos do Mapa de Trabalhos	Valor (€)	Membro do Agrupamento / Subempreiteiro
		A totalidade do articulado		

Mais declara(m) que renuncia(m) a foro especial e se submete(m), em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data \_\_\_\_\_

Assinatura(s) \_\_\_\_\_ <sup>(1)</sup>

<sup>(1)</sup> Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

**ANEXO III**  
**MODELO DE LISTA DE PREÇOS UNITÁRIOS**  
(a que se refere a alínea c) do n.º I do Artigo 8.º)

**As quantidades e preços unitários deverão ter apenas duas casas decimais.**

**ANEXO IV  
(NÃO APLICÁVEL)**

## **ANEXO V**

### **MODELO DE FOLHAS DE CARACTERÍSTICAS DO EQUIPAMENTO**

(a que se refere a alínea h) do n.º I do Artigo 8.º)

#### **NOTAS IMPORTANTES**

1. O conteúdo do tomo das Características Técnicas do Equipamento a Fornecer e a Montar será constituído por Folhas de Características de acordo com o modelo genérico e os modelos de aplicação em Apêndice. As informações requeridas em cada uma das Folhas de Características não são limitativas, podendo ser adicionadas outras que os concorrentes julguem convenientes para uma boa apreciação técnica das propostas, em particular catálogos, gráficos e esquemas.
2. As Folhas de Características serão preenchidas em conformidade e organizadas e agrupadas pelas Posições da Lista de Preços Unitários e Quantidades a que respeitam, devendo entender-se que cada Folha de Características estará associada a uma, e uma só, dessas Posições.
3. As Folhas de Características do Equipamento de que não se disponha de modelos de aplicação em apêndice, serão elaboradas pelos concorrentes de forma a se caracterizar detalhadamente as características técnicas do mesmo.

## ANEXO VI

### ELEMENTOS TÉCNICOS A APRESENTAR COM A PROPOSTA

(a que se refere a alínea i) do n.º I do Artigo 8.º)

#### I. PROJETO

O(s) Projecto(s)-Base correspondente(s) à Proposta Base, a apresentar pelo Concorrente deverá(ão) ser composto(s) pelas seguintes partes:

- Memória Descritiva e Justificativa
- Peças Desenhadas

A *Memória Descritiva e Justificativa* deverá ser constituída, no mínimo, pelas seguintes memórias parciais:

- Memória Descritiva e Justificativa do Processo de Tratamento e Equipamento;
- Memória Descritiva e Justificativa da Construção Civil;
- Memória Descritiva e Justificativa das Instalações Elétricas, Automação e Instrumentação.
- (Apenas para o Lote 2) Memória Descritiva e Justificativa da Exploração da ETAR existente, pré-arranque e arranque;

O conteúdo de cada memória parcial dever-se-á encontrar organizado da seguinte forma:

#### MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA DO PROCESSO DE TRATAMENTO E EQUIPAMENTO

Esta memória deverá integrar as especialidades de Engenharia de Processo e Equipamento/Mecânica, devendo abordar, no mínimo, os seguintes assuntos:

1. Descrição e justificação da solução apresentada: descrição geral da solução proposta, dando-se ênfase aos principais fatores que estiveram na base da adoção do esquema de tratamento concebido.
2. Dados de base: apresentação dos Dados de Base que serviram de suporte ao desenvolvimento do projeto da instalação (caudais médios e de ponta, características médias, etc.).
3. Conceção processual e funcional da instalação: descrição da fase líquida e da fase sólida do esquema de tratamento proposto, operação unitária a operação unitária e apresentação de uma lista dos órgãos principais de construção civil, equipamentos e instrumentação, organizada, também, por operação unitária.
4. Dimensionamento hidráulico e sanitário do esquema de tratamento: (1) apresentação dos critérios, cálculos e resultados de dimensionamento inerentes às operações unitárias e respetivos órgãos e/ou equipamentos e/ou circuitos hidráulicos. (2) descrição das condições de funcionamento para as diferentes fases de operação da instalação.
5. Descrição do sistema de comando, automatismos e instrumentação: descrição dos comandos, automatismos e instrumentação associados às operações unitárias, assim como a filosofia geral de controlo da instalação.



6. (Apenas para o Lote 2) Descrição do modo como será garantido o funcionamento em permanência da instalação existente durante a execução da empreitada: Adicionalmente, na fase de exploração da ETAR existente, deverá ser feita uma descrição detalhada do planeamento/faseamento da execução da empreitada e sua compatibilização com o modo de funcionamento permanente da instalação existente. Deverá ser descrita e justificada a lógica da ordem/encadeamento das intervenções da obra, tendo como objetivo o tratamento de todo o caudal e com a assunção da eficiência habitual. Essa ordem lógica das intervenções deve ser discutida com o Engº de processo e ter a sua anuência. Deverão ser descritas eventuais obras de carácter temporário que poderão assegurar o funcionamento da instalação existente, enquanto decorrem as intervenções de reabilitação e/ou alteração e/ou demolição, sem que isso, perturbe o funcionamento da instalação, e que em caso algum, comprometa a eficiência do esquema de tratamento atualmente em funcionamento ou origine by-pass à instalação.

#### **MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA DA CONSTRUÇÃO CIVIL**

Esta memória deverá integrar as especialidades de Geotecnia, Estruturas, Arquitetura e Arranjos Exteriores e Paisagismo, devendo abordar, no mínimo, os seguintes assuntos:

1. Plano de escavações e aterros, com estudo de adaptabilidade dos solos a utilizar em aterro, plano de compactação e descrição dos ensaios a efetuar;
2. Plano de rebaixamento dos níveis freáticos;
3. Especificação das entivações e contenções;
4. Apresentação dos critérios de conceção e dimensionamento das fundações e estruturas;
5. Tipos de aço e classe de resistência dos betões;
6. Esquemas de proteção anticorrosiva de tubagens, acessórios e serralharias;
7. Descrição da tipologia dos edifícios, programas de espaços e circulações, acabamentos dos paramentos exteriores acima do terreno dos vários órgãos de tratamento;
8. Descrição dos esquemas de acabamentos e de proteções anticorrosivas de paredes interiores e exteriores, imersas e emersas, fora do terreno e enterradas, dos vários órgãos e edifícios;
9. Descrição dos acabamentos interiores e exteriores dos edifícios, serralharias, carpintarias e cantarias;
10. Plano de colocação das tubagens entre órgãos e plano de ensaios;
11. Descrição de arranjos exteriores e acessos (vedação e portão de entrada, caminhos de circulação automóvel e pedonal, ajardinamentos, espécies vegetais a utilizar, rede de rega, iluminação, etc.);

#### **MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, AUTOMAÇÃO E INSTRUMENTAÇÃO**

Esta memória deverá integrar as especialidades de Eletricidade, correntes fortes e fracas, devendo abordar, no mínimo, os seguintes assuntos:

1. Descrição das condições de alimentação;
2. Descrição dos Quadros elétricos;
3. Descrição das condições de distribuição de energia em baixa tensão na instalação;
4. Descrição dos sistemas de iluminação interior e exterior e níveis de iluminação a garantir;
5. Descrição dos sistemas de proteção de pessoas contra contactos diretos e indiretos;
6. Descrição da rede de telecomunicações;
7. Descrição do sistema de supervisão e automação da ETAR e da forma como este servirá à Estratégia de Controlo de Processo preconizada;
8. Descrição do sistema de proteção contra descargas atmosféricas;

#### **MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA DA EXPLORAÇÃO DA ETAR EXISTENTE NA FASE DE CONSTRUÇÃO, PRÉ-ARRANQUE E ARRANQUE**

A memória descritiva deverá descrever com detalhe todas as atividades a realizar em cada uma destas fases, abrangendo: (1) os recursos humanos diretamente envolvidos e presentes, com a formação dos turnos de trabalho e a sua alocação às respetivas funções/atividades, (2) a inventariação de todos os meios e de todos os materiais e a sua alocação às respetivas funções/atividades, (3) a descrição dos ensaios e das atividades que serão efetuadas no âmbito de cada uma destas fases, (4) a operação da instalação por etapa de tratamento, (5) os ensaios/testes para a monitorização das etapas no âmbito do controlo operacional das etapas de tratamento, (6) os registos da operação e os relatórios com todos os registos e tratamento da informação, (7) o plano analítico a executar, (8) a colheita e a conservação das amostras, (9) a verificação/certificação da instrumentação, (10) a manutenção dos equipamentos até ao nível previsto no caderno de encargos, (11) os registos da manutenção e os relatórios com todos os registos e tratamento da informação, (12) a manutenção dos espaços verdes, (13) a manutenção e conservação das infraestruturas/edifícios, (14) a descrição dos ensaios de campo e de laboratório e das atividades que serão efetuadas no laboratório da ETAR. O conteúdo da memória deve estar em consonância com o restante clausulado e deve ser marcada de um detalhe que permita compreender e avaliar as atividades previstas.

#### **PEÇAS DESENHADAS**

Relativamente às Peças Desenhadas, os Desenhos a apresentar são, no mínimo, os seguintes:

1. Diagramas de funcionamento processual (fases líquida e sólida);
2. Perfil hidráulico da instalação;
3. Implantação geral e implantação dos circuitos hidráulicos exteriores, à escala mínima de 1:500;
4. Arranjos exteriores e enquadramento paisagístico da instalação, à escala mínima de 1:500;

5. Planos-guia (plantas e cortes) de construção civil e de implantação de tubagens e equipamentos relativos às diferentes operações unitárias previstas;
6. Desenhos de todos os edifícios da instalação, em planta, alçados e cortes necessários à sua completa representação.
7. Traçados de cabos de alimentação dos QE;

Cada Projeto será apresentado de forma tão sucinta quanto possível, mas sem afetação da clareza e inteligibilidade das suas peças escritas e desenhadas.

## **ANEXO VII**

### **ESTIMATIVA DOS ENCARGOS DE EXPLORAÇÃO**

(a que se refere a alínea j) n.º I do Artigo 8.º)

**Indicação para o preenchimento do Ficheiro Excel anexo relativo aos custos do arranque para comprovação das garantias da obra**

Os custos de exploração a apresentar deverão ter em conta as seguintes parcelas:

1. Parcela 1 - Encargos com energia;
2. Parcela 2 - Encargos com o transporte e destino final de lamas, gradados e areias;
3. Parcela 3 - Encargos com a manutenção preventiva e corretiva dos "Equipamentos" da "Instalação";
4. Parcela 4 - Encargos com consumíveis diversos;
5. Parcela 5 - Encargos com pessoal;
6. Parcela 6 – Encargos com o controlo analítico.

Os cálculos de cada uma das parcelas acima referidas deverão ser efetuados para o ano de arranque (ano 0) e para o ano horizonte de projeto (ano HP).

O cálculo dos encargos de exploração de natureza variável para os anos intermédios será efetuado, assumindo uma variação linear dos caudais médios diários entre os valores fixados para o ano de arranque (ano 0) e para o ano do horizonte de projeto (ano HP).

Deverá ser considerada uma variação linear do afluente a tratar entre o ano de arranque (ano 0) e o ano horizonte de projeto (ano HP).

Os custos de exploração atualizados, a preços constantes, deverão em seguida ser calculados, a partir dos valores anteriores, tendo por base uma taxa de atualização (t) de 2,5 %, e recorrendo à expressão seguinte:

sendo:

C<sub>n</sub> – Custos de exploração atualizados do ano n;

C<sub>0</sub> – Custos de exploração do ano 0;

n – ano de atualização dos custos;

t – taxa de atualização acima referida.

Não deverá ser considerada taxa de inflação.

#### **Encargos com energia**

O cálculo dos encargos energéticos deverá ser justificado pela apresentação de uma lista de todos os consumidores da ETAR, agregada por operação unitária, com indicação de quantidades (em funcionamento e reserva), potências instaladas, potências absorvidas, rendimentos dos motores,

potência absorvida à rede e respetivo tempo médio de funcionamento diário e anual, de acordo com o Modelo Anexo devidamente adaptado aos equipamentos existentes.

Deverão ser apresentados dois balanços energéticos, um para o Ano Zero (Ano de “Arranque”) e outro para o Ano de Horizonte de Projeto (HP), conforme explicitado no quadro seguinte, que contemple as épocas baixas e épocas altas,

Para o cálculo dos custos de exploração deverá ser considerada uma variação linear dos custos energéticos entre o ano de arranque (ano 0) e o ano horizonte de projeto (ano HP).

### **Encargos com a manutenção preventiva e corretiva dos "Equipamentos" da "Instalação"**

Deverá ser apresentado um valor anual global que deve ser justificado.

### **Encargos com consumíveis diversos**

Deverá ser apresentado um valor anual global que deve ser justificado.

### **Encargos com o controlo analítico**

Deverá ser apresentado um valor anual global que deve ser justificado.

### **Encargos com pessoal**

O cálculo dos encargos com o pessoal deverá ser justificado pela apresentação de uma lista dos quantitativos, funções atribuídas e respetivas qualificações técnicas, para cada um dos elementos da equipa de exploração.

O Concorrente deverá tomar em consideração que se pretende que seja definido, e devidamente justificado/fundamentado, um quadro de pessoal que garanta o funcionamento normal da "Instalação" (365 dias/ano, 24 horas/dia).

Para o cálculo dos custos associados deverão ser consideradas as seguintes remunerações anuais brutas, por categoria profissional/escalão:

Função	Categoria Profissional	Remuneração anual bruta (€/ano)
<b>Chefe de Exploração</b>	<b>Técnico Superior</b>	<b>30.000</b>
<b>Eletromecânico</b>	<b>Técnico Profissional</b>	<b>20.000</b>

**BALANÇO ENERGÉTICO ANO 0**

ETAR/ETA DE .....

Época : .....

Equipamento	Nº Folha Carac.	Marcha	Reserva	Potência instalada (kW)			Potência Absorvida kW (maq. accionada)		Potencia Absorvida à Rede (kW)		Periodo funcion. diário (horas)	Consumo energético diário (kWh)	Periodo funcion. anual (dias)	Consumo energético anual (kW)	
				Por Unidade	Total instalado	Total (Marcha)	Por Unidade	Total (Marcha)	Por Unidade	Total (Marcha)					
FASE LÍQUIDA															
Obra de entrada															
Equipamento 1															
Equipamento 2															
...															
Tratamento preliminar															
Equipamento 1															
Equipamento 2															
...															
Decantação primária															
Equipamento 1															
...															
Reactor biológico															
Equipamento 1															
...															
Decantação secundária															
Equipamento 1															
...															
Elevação de escumas															
Equipamento 1															
...															
Filtração/Desinfecção/Reutilização															
Equipamento 1															
...															
FASE SÓLIDA															
Elevação de lamas															
Equipamento 1															
...															
Essamento															
Equipamento 1															
...															
Desidratação e Essamento Lamas															
Equipamento 1															
...															
OUTROS															
Iluminação exterior															
Iluminação do edifício de exploração															
...															
TOTAL															

**BALANÇO ENERGÉTICO ANO HORIZONTE DE PROJETO**

ETAR/ETA DE .....

Época : .....

Equipamento	Nº Folha Carac.	Marcha	Reserva	Potência instalada (kW)			Potência Absorvida kW (maq. accionada)		Potencia Absorvida à Rede (kW)		Periodo funcion. diário (horas)	Consumo energético diário (kWh)	Periodo funcion. anual (dias)	Consumo energético anual (kW)	
				Por Unidade	Total instalado	Total (Marcha)	Por Unidade	Total (Marcha)	Por Unidade	Total (Marcha)					
FASE LÍQUIDA															
Obra de entrada															
Equipamento 1															
Equipamento 2															
...															
Tratamento preliminar															
Equipamento 1															
Equipamento 2															
...															
Decantação primária															
Equipamento 1															
...															
Reactor biológico															
Equipamento 1															
...															
Decantação secundária															
Equipamento 1															
...															
Elevação de escumas															
Equipamento 1															
...															
Filtração/Desinfecção/Reutilização															
Equipamento 1															
...															
FASE SÓLIDA															
Elevação de lamas															
Equipamento 1															
...															
Espessamento															
Equipamento 1															
...															
Desidratação e Espessamento Lamas															
Equipamento 1															
...															
OUTROS															
Iluminação exterior															
Iluminação do edifício de exploração															
...															
TOTAL															

## ANEXO VIII

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE GARANTIAS

(a que se refere a alínea k) n.º I do Artigo 8.º)

F.....(denominação social e sede da empresa concorrente ou de cada uma das empresas do agrupamento concorrente), concorrente à Empreitada de Conceção Construção “.....”, declara que garante:

1. O grau de depuração estabelecido na cláusula 10.1. do Caderno de Encargos, em todas as seguintes condições:
  - nas gamas de cargas médias diárias afluentes, imputáveis a cada linha de tratamento, de CBO<sub>5</sub> (20 °C), CQO, SST, Ntotal e Ptotal de 40% (quarenta por cento) das fixadas na cláusula 10.1. para as condições de afluência no ano de arranque, a 100% (cem por cento) das fixadas na mesma cláusula para as condições de afluência do ano de horizonte de projeto;
  - nas gamas de concentrações médias diárias afluentes variando entre 40% (quarenta por cento) e 150% (cento e cinquenta por cento) das correspondentes aos valores de caudais e cargas de CBO<sub>5</sub> (20 °C), CQO, SST, Ntotal e Ptotal fixadas na cláusula 10.1. para as condições de afluência do ano de arranque e de horizonte de projeto;
  - ao caudal de ponta horário (de dimensionamento) fixado na cláusula 10.1.
  - A metodologia a seguir para a verificação deste requisito encontra-se descrita na cláusula 41.4.4 do Caderno de Encargos.
2. O grau de desinfecção exigido na cláusula 10.1 do Caderno de Encargos para o efluente a descarregar será cumprido ao caudal de ponta horário fixado, em amostra instantânea recolhida à saída do sistema de desinfecção. A metodologia a seguir para a verificação deste requisito encontra-se descrita na cláusula 41.4.4 do Caderno de Encargos.
3. O grau de desinfecção exigido na cláusula 10.1 do Caderno de Encargos para a água de serviço produzida será cumprido, ao caudal de dimensionamento do sistema de produção fixado, em amostra instantânea recolhida à saída do sistema de desinfecção e em qualquer ponto de utilização da rede de água de serviço. A metodologia a seguir para a verificação deste requisito encontra-se descrita na cláusula 41.4.4 do Caderno de Encargos.
4. O consumo máximo específico de energia expresso em kWh/m<sup>3</sup>, será de
  - ✓ (indicar valor), para o caudal estabelecido para Época Baixa no ano de Arranque, e de,
  - ✓ ... (indicar valor), para o caudal estabelecido para Época Alta no ano de Arranque..

A metodologia a seguir para a verificação deste requisito encontra-se descrita na cláusula 41.4.5 do Caderno de Encargos.

5. Não aplicável.



6. Não aplicável.
7. Será garantida uma taxa de captura mínima de 85 % (oitenta e cinco por cento) no equipamento de espessamento mecânico de lamas. A metodologia a seguir para a verificação deste requisito encontra-se descrita na cláusula 41.4.8 do Caderno de Encargos.
8. Não Aplicável.
9. Não Aplicável.
10. Não Aplicável.
11. Não aplicável
12. Ter verificado o cumprimento dos pontos de funcionamento definidos no projeto para os grupos eletrobomba que se propõe fornecer para funcionamento isolado e em paralelo.
13. Será garantido o cumprimento integral da legislação em vigor relativamente ao ruído, designadamente o Regulamento Geral do Ruído, em todas as suas vertentes, para medições efetuadas junto dos limites da instalação (determinados pela vedação perimetral) e em recetores sensíveis existentes nas proximidades. A zona deverá ser considerada como “mista” no contexto do referido diploma. A metodologia de amostragem e análise encontram-se descritas na cláusula 41.4.13 do Caderno de Encargos.
14. Adicionalmente, será garantido que o nível de ruído não ultrapassará os 85 (oitenta e cinco) dB a 1 (um) metro de qualquer fonte emissora. A metodologia a seguir para a verificação deste requisito encontra-se descrita na cláusula 41.4.15 do Caderno de Encargos.
15. Dará cumprimento aos requisitos de qualidade, higiene, segurança e ambiente de acordo com as normas NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001 e OHSAS 18001/ NP 4397 e SA 8000 (ou equivalentes).

Mais declara que aceita sem restrições as medidas que o Dono da Obra, em conformidade com as cláusulas 41.4.16 e 52.3 do Caderno de Encargos, entenda aplicar se as garantias não forem verificadas.

Data: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

## ANEXO IX

### MODELO DE ACORDO-PROMESSA DE CONSTITUIÇÃO

(a que se refere a alínea n) do n.º I do Artigo 8.º)

F, \_\_\_\_\_ (indicação das empresas signatárias e sedes) após terem tomado completo conhecimento das condições estabelecidas no Programa do Procedimento para a empreitada de conceção construção “\_\_\_\_\_” e nos termos da alínea n) do n.º I do Artigo 8.º do Programa do Procedimento, desde já formalizam a intenção de, em caso de adjudicação, se constituírem em \_\_\_\_\_ (indicar a figura jurídica adotada) <sup>(a)</sup>

A participação qualitativa de cada empresa é a que se discrimina:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

As empresas associadas declaram que a empresa ..... representará a associação perante a ..... (designação da empresa que lançou o concurso) devendo toda a correspondência ser enviada para ..... (indicar endereço, telefone e fax).

As empresas associadas assumem perante o Dono da Obra. responsabilidade solidária passiva, desde já, quanto à apresentação da proposta, mantendo-a no caso de adjudicação.  
(As empresas associadas responderão, ainda em responsabilidade solidária passiva, com o Agrupamento Complementar de Empresas, no cumprimento do contrato de empreitada caso seja este o Adjudicatário) <sup>(b)</sup>

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

As empresas associadas aceitam a exigência de autorização prévia dada pela ..... (designação da empresa que lançou o concurso) a qualquer alteração na composição da associação.

Data \_\_\_\_\_

Assinatura(s) \_\_\_\_\_ <sup>(1)</sup>

<sup>(1)</sup> Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

## **ANEXO X**

### **MODELO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS**

(a que se refere no n.º 2 do Artigo 14.º)

#### **1. METODOLOGIA GERAL**

De acordo com o Artigo 14.º deste Programa do Procedimento e dando cumprimento ao disposto na alínea n) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP, o critério de adjudicação da empreitada é o da *proposta economicamente mais vantajosa*, na modalidade de *multifator*, densificado nos fatores e subfactores elementares de avaliação das propostas relativos aos aspetos da execução do contrato submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos e respetivos coeficientes de ponderação, apresentados no n.º 1 do Artigo 14.º deste Programa do Procedimento:

A avaliação global de cada proposta resultará da agregação dos resultados da avaliação parcial dos referidos fatores e subfactores elementares.

#### **2. METODOLOGIA PARA A AVALIAÇÃO DO FATOR “B. VALIA TÉCNICA”**

A avaliação parcial dos subfactores do fator qualitativo B. Valia Técnica será efetuada mediante atribuição da pontuação indicada nas respetivas tabelas com os descritores de valorização dos atributos das propostas.

##### **2.1. Avaliação do subfactor “B.1 Conceção e fundamentação da solução proposta”**

Para a avaliação deste subfactor serão analisados os documentos apresentados nas propostas dos Concorrentes em resposta ao solicitado nas alíneas h) a j) do n.º 1 do Artigo 8.º do Programa do Procedimento.

A avaliação deste subfactor resulta da ponderação da avaliação atribuída aos seguintes subsubfactores: B.1.1 - Processo de tratamento, B.1.2 - Equipamentos (mecânicos, eletromecânicos, instrumentação e instalações elétricas).

##### **2.1.1. Avaliação do subfactor “B.1.1 Processo de tratamento”**

Para a avaliação deste subsubfactor será analisado o documento apresentado nas propostas dos Concorrentes em resposta ao solicitado na alínea i) do n.º 1 do Artigo 8.º do Programa do Procedimento, nos aspetos associados ao dimensionamento processual da solução de tratamento e à conceção, operacionalidade e funcionalidade da referida solução, com base na matriz apresentada na Tabela I.

Para efeitos de avaliação e aplicação da matriz constante da Tabela I, consideram-se como operações unitárias fundamentais os processos diretamente determinantes para o cumprimento dos objetivos da empreitada.

A avaliação do presente subsubfactor será efetuada mediante a atribuição da pontuação prevista na Tabela I, ou seja, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10.

### **2.1.2. Avaliação do subfactor “B.1.2 Equipamentos (mecânicos, eletromecânicos, instrumentação e instalações elétricas)”**

Para a avaliação deste subsubfator serão analisados de forma integrada os documentos apresentados nas propostas dos Concorrentes em resposta ao solicitado nas alíneas h) e i) do n.º I do Artigo 8.º do Programa do Procedimento, nos aspetos associados à caracterização dos equipamentos propostos e à sua adequabilidade para a função prevista, com base na matriz apresentada na Tabela 3.

A avaliação do presente subsubfator será efetuada mediante a atribuição da pontuação prevista na Tabela 3, ou seja, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10.

### **2.2. Avaliação do subfactor “B.2 Metodologia de execução da obra”**

Para a avaliação deste subfator será analisado o documento apresentado nas propostas dos Concorrentes em resposta ao solicitado na alínea f) do n.º I do Artigo 8.º do Programa do Procedimento.

Neste subfator serão avaliados, com base na matriz apresentada na Tabela 5, aspetos associados ao Modo de Execução da Obra e à Organização Prevista para a Execução dos Trabalhos e Métodos Construtivos.

A avaliação do presente subfator será efetuada mediante a atribuição da pontuação indicada na Tabela , ou seja, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10.

Tabela I - Matriz de Avaliação do subsubfator “B.I.I Processo de tratamento”

B.I.I Processo de tratamento	Proposta em que se verifica pelo menos uma das seguintes premissas: i. Critérios e cálculos sumários incompletos que não permitem verificar a adequabilidade das operações unitárias fundamentais que integram a solução de tratamento. ii. Resultados de dimensionamento com erros graves em operações unitárias fundamentais da solução proposta.	Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte: i. Critérios e cálculos com algum detalhe que permitem justificar as operações unitárias fundamentais que integram a solução de tratamento. ii. Critérios de dimensionamento pouco conservativos iii. Resultados de dimensionamento com erros não graves para as operações unitárias fundamentais. iv. Descrição com algum pormenor da solução de tratamento que revela incoerências com o dimensionamento ou conceção e modo de funcionamento pouco adequados de operações unitárias fundamentais.	Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte: i. Critérios e cálculos adequadamente detalhados que permitem justificar as operações unitárias fundamentais que integram a solução de tratamento. ii. Critérios de dimensionamento adequados iii. Resultados de dimensionamento com erros não graves para as operações unitárias fundamentais. iv. Descrição adequada da solução de tratamento que evidencia coerência com o dimensionamento e uma conceção e modo de funcionamento adequados das operações unitárias fundamentais, com erros não significativos.	Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte: i. Critérios e cálculos adequadamente detalhados que fundamentam a adequabilidade da totalidade das operações unitárias que integram a solução de tratamento. ii. Critérios de dimensionamento adequados iii. Resultados de dimensionamento corretos para as operações unitárias fundamentais. iv. Descrição adequada da solução de tratamento que evidencia coerência com o dimensionamento e uma conceção e modo de funcionamento adequados de todas as operações unitárias.	Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte: i. Critérios e cálculos bem detalhados que fundamentam a adequabilidade da totalidade das operações unitárias que integram a solução de tratamento. ii. Critérios de dimensionamento conservativos iii. Resultados de dimensionamento corretos para todas as operações unitárias. iv. Descrição pormenorizada da solução de tratamento que evidencia coerência com o dimensionamento e uma boa conceção e um bom modo de funcionamento de todas as operações unitárias.
Proposta em que se verifica pelo menos uma das seguintes premissas: i. Conjunto de peças desenhadas sem detalhe e que não permitem verificar a funcionalidade e operacionalidade de operações unitárias fundamentais que integram a solução. ii. Solução com falhas graves ao nível da funcionalidade e da operacionalidade globais da instalação.	1	2	3	4	5
Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte: i. Conjunto de peças desenhadas com algum detalhe, que permitem uma compreensão básica da funcionalidade e operacionalidade de operações unitárias fundamentais que integram a solução. ii. Peças desenhadas com incoerências significativas face à descrição e dimensionamento de operações unitárias fundamentais. iii. Solução com falhas que não comprometem a funcionalidade e a operacionalidade das operações unitárias fundamentais.	2	4	5	6	7
Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte: i. Conjunto de peças desenhadas devidamente detalhadas que permitem verificar a funcionalidade e operacionalidade das operações unitárias fundamentais que integram a solução. ii. Peças desenhadas com incoerências não significativas face à descrição e ao dimensionamento das operações unitárias fundamentais. iii. Solução com falhas que não comprometem a funcionalidade e operacionalidade das operações unitárias fundamentais.	3	5	6	7	8

B.1.1 Processo de tratamento	Proposta em que se verifica pelo menos uma das seguintes premissas:  i. Critérios e cálculos sumários incompletos que não permitem verificar a adequabilidade das operações unitárias fundamentais que integram a solução de tratamento. ii. Resultados de dimensionamento com erros graves em operações unitárias fundamentais da solução proposta.	Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte:  i. Critérios e cálculos com algum detalhe que permitem justificar as operações unitárias fundamentais que integram a solução de tratamento. ii. Critérios de dimensionamento pouco conservativos iii. Resultados de dimensionamento com erros não graves para as operações unitárias fundamentais. iv. Descrição com algum pormenor da solução de tratamento que revela incoerências com o dimensionamento ou conceção e modo de funcionamento pouco adequados de operações unitárias fundamentais.	Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte:  i. Critérios e cálculos adequadamente detalhados que permitem justificar as operações unitárias fundamentais que integram a solução de tratamento. ii. Critérios de dimensionamento adequados iii. Resultados de dimensionamento com erros não graves para as operações unitárias fundamentais. iv. Descrição adequada da solução de tratamento que evidencia coerência com o dimensionamento e uma conceção e modo de funcionamento adequados das operações unitárias fundamentais, com erros não significativos.	Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte:  i. Critérios e cálculos adequadamente detalhados que fundamentam a adequabilidade da totalidade das operações unitárias que integram a solução de tratamento. ii. Critérios de dimensionamento adequados iii. Resultados de dimensionamento corretos para as operações unitárias fundamentais. iv. Descrição adequada da solução de tratamento que evidencia coerência com o dimensionamento e uma conceção e modo de funcionamento adequados de todas as operações unitárias.	Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte:  i. Critérios e cálculos bem detalhados que fundamentam a adequabilidade da totalidade das operações unitárias que integram a solução de tratamento. ii. Critérios de dimensionamento conservativos iii. Resultados de dimensionamento corretos para todas as operações unitárias. iv. Descrição pormenorizada da solução de tratamento que evidencia coerência com o dimensionamento e uma boa conceção e um bom modo de funcionamento de todas as operações unitárias.
Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte:  i. Conjunto de peças desenhadas devidamente detalhadas que permitem verificar a funcionalidade e operacionalidade das operações unitárias fundamentais que integram a solução. ii. Peças desenhadas coerentes com a descrição e o dimensionamento das operações unitárias fundamentais. iii. Solução que garante a funcionalidade e operacionalidade das operações unitárias fundamentais.	4	6	7	8	9
Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte:  i. Conjunto de peças desenhadas devidamente detalhadas que permitem verificar a funcionalidade e operacionalidade da totalidade das operações unitárias que integram a solução. ii. Peças desenhadas coerentes com a descrição e o dimensionamento de todas as operações unitárias. iii. Solução que garante a funcionalidade e operacionalidade da totalidade da instalação.	5	7	8	9	10

Tabela 2 - Lista de identificação das operações unitárias fundamentais para efeitos de avaliação

Operação Unitária
Estação elevatória inicial
Obra de entrada (tamisação, desarenamento e desengorduramento)
Tanque de equalização e anóxico
Tanque de arejamento e MBR
Depósito de efluente tratado
Espessador de lamas

Tabela 3 – Matriz de Avaliação do subsubfator “B.1.2 Equipamentos (mecânicos, eletromecânicos, instrumentação e instalações elétricas)”

B1.2 Equipamentos (mecânicos, eletromecânicos, instrumentação e instalações elétricas)	Caracterização detalhada de até 60%, exclusive, dos equipamentos principais indicados na Tabela 4 do presente Anexo.	Caracterização detalhada de, pelo menos, 60% dos equipamentos principais indicados na Tabela 4 do presente Anexo.	Caracterização detalhada de, pelo menos, 80% dos equipamentos principais indicados na Tabela 4 do presente Anexo.	Caracterização detalhada de, pelo menos, 100% dos equipamentos principais indicados na Tabela 4 do presente Anexo.	Caracterização detalhada de todos os equipamentos indicados na Tabela 4 do presente Anexo.
Adequabilidade para as funções previstas de até 80%, exclusivé, dos equipamentos principais constantes da Tabela 4 do presente Anexo.	2	3	4	5	6
Adequabilidade para as funções previstas de, pelo menos, 80% dos equipamentos principais constantes da Tabela 4 do presente Anexo.	3	4	5	6	7
Adequabilidade para as funções previstas de, pelo menos, 90% dos equipamentos principais constantes da Tabela 4 do presente Anexo.	4	5	6	7	8
Adequabilidade para as funções previstas de, pelo menos, 100% dos equipamentos principais constantes da Tabela 4 do presente Anexo.	5	6	7	8	9
Adequabilidade para as funções previstas de todos os equipamentos constantes da Tabela 4 do presente Anexo.	6	7	8	9	10

Tabela 4 – Lista de identificação do universo de Equipamentos objeto da avaliação, com identificação adicional dos que se consideram os Equipamentos Principais

Posição da LPU	Equipamento	Equipamento Principal?
EQ*.2.2	Estação elevatória inicial (1+1; 40m³/h a 5mca)	SIM
EQ*.2.3	Obra de entrada (tamisação, desarenamento e desengorduramento) – Unidade compacta (20l/s; 3mm; 4500mm)	SIM
EQ*.2.4	Tanque de equalização e anóxico – Agitador Submersível (2.5KW)	SIM
EQ*.2.4	Tanque de equalização e anóxico – Bomba de recirculação (1+1; 85m³/h a 5mca)	SIM
EQ*.2.4	Tanque de arejamento e MBR – Difusores de bolha fina (42; 6Nm³/diff)	SIM
EQ*.2.4	Tanque de arejamento e MBR – Módulos MBR (2; 435m²/módulo)	SIM
EQ*.2.5	Tanque de arejamento e MBR – Bomba de purga de lamas (1+1; 5m³/h a 5mca)	SIM
EQ*.2.6	Depósito de efluente tratado – Bomba de sucção (1+1; 17m³/h a 5mca)	SIM

Tabela 5 - Matriz de Avaliação do subfator “B.2 Metodologia de execução da obra”

B.2. Metodologia de execução da obra	i. Descrição do modo de execução da obra com carácter genérico. ii. Elementar compreensão sem demonstrar um estudo da especificidade dos trabalhos. iii. Não identifica os condicionalismos existentes. iv. Não identifica quaisquer trabalhos que poderão interferir com as infraestruturas existentes e/ou não estabelece medidas de minimização da interrupção do seu funcionamento.	Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte: i. Descrição do modo de execução da obra com carácter específico mas sumária. ii. Compreensão generalizada e estudo simples da especificidade dos trabalhos. iii. Identifica alguns condicionalismos existentes, mas pouco relevantes. iv. Não identifica quaisquer trabalhos que poderão interferir com as infraestruturas existentes e/ou não estabelece medidas de minimização da interrupção do seu funcionamento.	Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte: i. Descrição do modo de execução da obra com carácter específico e com algum pormenor. ii. Compreensão generalizada e estudo simples da especificidade dos trabalhos. iii. Identifica alguns condicionalismos relevantes existentes. iv. Identifica alguns dos trabalhos que poderão interferir com as infraestruturas existentes e estabelece algumas medidas de minimização da interrupção do seu funcionamento.	Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte: i. Descrição do modo de execução da obra com carácter específico e devidamente pormenorizada. ii. Boa compreensão e estudo adequado da especificidade dos trabalhos. iii. Identifica a maioria dos condicionalismos relevantes existentes. iv. Identifica a maioria dos trabalhos que poderão interferir com as infraestruturas existentes e estabelece medidas de minimização da interrupção do seu funcionamento.	Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte: i. Descrição do modo de execução da obra com carácter específico e devidamente pormenorizada. ii. Boa compreensão e estudo adequado da especificidade dos trabalhos. iii. Identifica todos os condicionalismos relevantes existentes. iv. Identifica todos os trabalhos que poderão interferir com as infraestruturas existentes e estabelece medidas adequadas de minimização da interrupção do seu funcionamento.
i. Descreve genericamente a organização prevista para a execução dos trabalhos. ii. Enumera, sem descrever, os métodos construtivos a aplicar e os aspetos técnicos ou outros essenciais à organização dos trabalhos. iii. A organização e os métodos construtivos previstos não estão adaptados aos condicionalismos existentes.	2	3	4	5	6
Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte: i. Descreve genericamente a organização prevista para a execução dos trabalhos. ii. Descreve genericamente os métodos construtivos a aplicar e os aspetos técnicos ou outros essenciais à organização dos trabalhos. iii. A organização e os métodos construtivos previstos não estão adaptados aos condicionalismos existentes.	3	4	5	6	7
Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte: i. Descreve com detalhe a organização prevista para a execução dos trabalhos. ii. Descreve com detalhe alguns dos métodos construtivos a aplicar e os aspetos técnicos essenciais à organização dos trabalhos. iii. A organização e os métodos construtivos previstos não estão adaptados a todos os condicionalismos existentes.	4	5	6	7	8
Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte: i. Descreve com detalhe a organização prevista para a execução dos trabalhos, estando esta adaptada aos condicionalismos existentes. ii. Descreve com detalhe a maioria dos métodos construtivos a aplicar e correlacionados iii. E adapta a maioria aos condicionalismos e aspetos técnicos essenciais à organização dos trabalhos.	5	6	7	8	9



<p><b>B.2. Metodologia de execução da obra</b></p>	<p>i. Descrição do modo de execução da obra com carácter genérico. ii. Elementar compreensão sem demonstrar um estudo da especificidade dos trabalhos. iii. Não identifica os condicionalismos existentes. iv. Não identifica quaisquer trabalhos que poderão interferir com as infraestruturas existentes e/ou não estabelece medidas de minimização da interrupção do seu funcionamento.</p>	<p>Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte:</p> <p>i. Descrição do modo de execução da obra com carácter específico mas sumária. ii. Compreensão generalizada e estudo simples da especificidade dos trabalhos. iii. Identifica alguns condicionalismos existentes, mas pouco relevantes. iv. Não identifica quaisquer trabalhos que poderão interferir com as infraestruturas existentes e/ou não estabelece medidas de minimização da interrupção do seu funcionamento.</p>	<p>Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte:</p> <p>i. Descrição do modo de execução da obra com carácter específico e com algum pormenor. ii. Compreensão generalizada e estudo simples da especificidade dos trabalhos. iii. Identifica alguns condicionalismos relevantes existentes. iv. Identifica alguns dos trabalhos que poderão interferir com as infraestruturas existentes e estabelece algumas medidas de minimização da interrupção do seu funcionamento.</p>	<p>Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte:</p> <p>i. Descrição do modo de execução da obra com carácter específico e devidamente pormenorizada. ii. Boa compreensão e estudo adequado da especificidade dos trabalhos. iii. Identifica a maioria dos condicionalismos relevantes existentes. iv. Identifica a maioria dos trabalhos que poderão interferir com as infraestruturas existentes e estabelece medidas de minimização da interrupção do seu funcionamento.</p>	<p>Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte:</p> <p>i. Descrição do modo de execução da obra com carácter específico e devidamente pormenorizada. ii. Boa compreensão e estudo adequado da especificidade dos trabalhos. iii. Identifica todos os condicionalismos relevantes existentes. iv. Identifica todos os trabalhos que poderão interferir com as infraestruturas existentes e estabelece medidas adequadas de minimização da interrupção do seu funcionamento.</p>
<p>Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte:</p> <p>i. Descreve com detalhe a organização prevista para a execução dos trabalhos, estando esta adaptada aos condicionalismos existentes. ii. Descreve com detalhe todos os métodos construtivos a aplicar e correlacionados iii. e adapta-os aos condicionalismos e aspetos técnicos essenciais à organização dos trabalhos.</p>	<p>6</p>	<p>7</p>	<p>8</p>	<p>9</p>	<p>10</p>

### 3. METODOLOGIA PARA A AVALIAÇÃO DO FATOR “PREÇO”

A escala de pontuação para a avaliação parcial do fator A. (Preço), que será entre 0 e 10, será atribuída pela aplicação da seguinte expressão matemática:

$$\text{«Preço»} = 0,8 \times \text{Pontuação}_{\text{«Preço de Construção»}} + 0,2 \times \text{Pontuação}_{\text{«Preço de Exploração»}}$$

em que:

#### Classificação do Subfator «Preço de Construção»

$$\text{Pontuação}_{(\text{Proposta } i)} = 10 - k \times V_i^{5,8}$$

em que:

Pontuação<sub>(Proposta i)</sub> é a pontuação a atribuir à Proposta i no fator Preço de Construção, com um mínimo de 0 e máximo de 10 pontos;

Vi é o valor da Proposta i.

K                      Lote 1 -  $10/500\,000^{5,8}$   
                            Lote 2 -  $10/920\,000^{5,8}$

Para a avaliação deste fator, serão analisados os documentos apresentados nas propostas dos Concorrentes constantes das alíneas b) e c) do n.º I do Artigo 8.º deste Programa do Procedimento.

#### Classificação do Subfator «Preço de Exploração»

$$\text{Pontuação}_{(\text{Proposta } i)} = 10 - k \times V_i^{5,8}$$

em que:

Pontuação<sub>(Proposta i)</sub> é a pontuação a atribuir à Proposta i no fator Preço da Exploração, com um mínimo de 0 e máximo de 10 pontos;

Vi é o valor da Proposta i.

K                      Lote 1 -  $10/125\,000^{5,8}$   
                            Lote 2 -  $10/230\,000^{5,8}$

Para a avaliação deste fator, serão analisados os documentos apresentados nas propostas dos Concorrentes constantes das alíneas b) e c) do n.º I do Artigo 8.º deste Programa do Procedimento.

## ANEXO XI

### MODELO DE DECLARAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO

(a que se refere a alínea a) do n.º I do Artigo 18.º)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de <sup>(1)</sup> ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) do **CONCURSO PÚBLICO [•]**, lançado [•], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada <sup>(2)</sup> não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados <sup>(3)</sup>] os documentos comprovativos de que a sua representada <sup>(4)</sup> não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura <sup>(5)</sup>].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

## **ANEXO XII**

### **DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL**

(a que se refere a alínea h) do n.º 9 do Artigo 18.º)

(*Empresa*), com sede na (*morada*), contribuinte n.º (.....), representada por (*cargo e nome*), declara que no âmbito da sua atividade e em cumprimento da legislação nacional:

- a) Não utiliza qualquer forma de trabalho infantil;
- b) Não utiliza qualquer forma de trabalho forçado;
- c) Proporciona um ambiente de trabalho seguro e saudável e toma as medidas adequadas para prevenir acidentes, incidentes e danos à saúde dos seus trabalhadores;
- d) Não coloca qualquer objeção à associação dos trabalhadores, a sindicatos ou à possibilidade de associação coletiva;
- e) Não realiza qualquer tipo de discriminação, direta ou indireta, baseada na ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical, bem como não interferir no exercício dos direitos, que lhe estão associados. Deve ser observada a proporcionalidade entre esta prática e o exercício da atividade profissional;
- f) Não permite comportamentos que se revistam de carácter coercivo, ameaçador, abusivo ou exploratório;
- g) Não realiza qualquer tipo de punição corporal, mental ou coerção física ou verbal;
- h) Cumpre com as leis aplicáveis sobre o horário de trabalho e cumpre o pagamento de horas extraordinárias;
- i) Assegura que a composição dos salários e benefícios seja detalhada e clara para os trabalhadores.

- j) Compromete-se a colaborar nas atividades de monitorização que a [•] venha a promover, no âmbito do respetivo sistema de responsabilidade empresarial, junto da empresa declarante;
- k) Promoverá as ações de reparação e ações corretivas para tratar quaisquer não conformidades que coloquem em causa os requisitos da norma SA 8000, identificadas no âmbito da monitorização referida no ponto j);
- l) Informar a [•] de quais são os fornecedores ou subcontratados que estão a prestar serviço ou fornecer qualquer material ou equipamento no âmbito do Contrato a celebrar na sequência do presente procedimento;
- m) Informar os seus fornecedores e subcontratados do conteúdo desta declaração.

Mais declara, a veracidade dos elementos acima descritos, subscritos por esta empresa.

Data \_\_\_\_\_

Assinatura(s) \_\_\_\_\_<sup>(1)</sup>

<sup>(1)</sup> Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

**ANEXO XIII**  
**MODELOS DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO/ DE GARANTIA**  
**BANCÁRIA/ DE SEGURO-CAUÇÃO**

(a que se refere o n.º I do Artigo 19.º)

**MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO**

*O depósito em dinheiro efetuar-se-á no Banco [•], à ordem da [•], mediante guia do seguinte modelo:*

Guia de depósito

Euros [•] €

Vai [•] (*firma do adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente adjudicatário*), com sede em [•] (*morada*), depositar na [•] (*sede, filial, agência ou delegação*) do Banco [•] a quantia de € [•] (*por algarismos e por extenso*) em dinheiro, como caução exigida nos termos do Artigo 19.º do Programa de Procedimento do concurso público [•] à ordem da [•].

[*Data e assinatura(s) do(s) representante(s) legal(ais) reconhecida(s) na qualidade*]

## MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA

À [•]

O [•] (*Banco*), com sede em [•] (*morada*), com o capital social de [•] (*capital social*), pessoa coletiva número [•] (*número de identificação de pessoa coletiva*), representado por [•] (*representante(s) e respetiva(s) identificação(ões)*), vem prestar, por conta e a pedido de [•] (*firma do adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente adjudicatário*), com sede em [•] (*morada*), como adjudicatário do concurso público [•], garantia bancária autónoma, irrevogável, incondicional e à primeira solicitação, a favor da [•], até ao valor de € [•] (*por algarismos e por extenso*) correspondente à caução prevista no Artigo 19.º do Programa de Procedimento como garantia do bom e pontual cumprimento por aquele das obrigações decorrentes do Caderno de Encargos.

Consequentemente, este Banco constitui-se devedor e principal pagador em dinheiro, até àquele valor sem quaisquer reservas, e para todos os efeitos legais, de todas e quaisquer importâncias que lhe venham a ser solicitadas por escrito por uma ou mais vezes, à primeira solicitação e até um limite máximo de cinco dias úteis a contar da solicitação, sem questionar da sua justeza, validade, legalidade ou conformidade com o disposto no processo de concurso e documentos a ele anexos, sem possibilidade de alegar qualquer exceção ou meio de defesa contra o Beneficiário que eventualmente pudesse invocar contra o ordenante, sem possibilidade de recorrer a qualquer benefício de prévia excussão dos bens do ordenante e sem dependência de qualquer autorização ou concordância do ordenante.

Quaisquer pagamentos a efetuar por este Banco nos termos da presente garantia bancária são processados no prazo máximo acima referido, através de transferência bancária ou qualquer outro meio de pagamento para o efeito especificado na comunicação escrita de solicitação de pagamento que seja efetuada pelo Beneficiário.



A presente garantia bancária é de € [•] (*quantia por algarismos e por extenso*), e só será cancelada quando o Beneficiário nos comunicar por escrito que cessaram todas as obrigações do caucionado, decorrentes do acima especificado.

Caso alguma das disposições da presente garantia bancária se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

[*Data e assinatura(s) do(s) representante(s) legal(ais) reconhecida(s) na qualidade*]

### MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO

A [•] (*companhia de seguros*), com sede em [•] (*morada*) presta ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com [•] (*tomador de seguro*), garantia à primeira solicitação no valor de € [•] (*por algarismos e por extenso*) correspondente à caução prevista no Artigo 19.º do Programa de Procedimento do concurso público [•], a favor da [•], destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que [•] (*firma do adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente adjudicatário*), com sede [•] (*morada*), assumirá no contrato a celebrar no âmbito do referido concurso, sendo regulado nos termos da legislação portuguesa aplicável.

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos cinco dias úteis seguintes à primeira solicitação do beneficiário sem que este tenha de justificar o pedido e sem que a primeira pessoa possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que [•] (*firma do adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente adjudicatário*) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor ao beneficiário quaisquer exceções relativas ao contrato celebrado entre este e o tomador do seguro.

Caso alguma das disposições da presente garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos no contrato e na legislação aplicável.

[Data e assinatura(s) do(s) representante(s) legal(ais) reconhecida(s) na qualidade]